

15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA

Estudo Técnico Preliminar 17/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 65327.000326/2026-47

2. Descrição da necessidade

Em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, esta Organização Militar, necessita realizar o processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, por Sistema de Registro de Preços (SRP), para a Contratação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e de Internet Móvel com fornecimento à Contratante pela Contratada, em regime de comodato, de aparelhos Modelo

O contrato atual de prestação de serviço de telefonia móvel, já foi aditivado ao máximo, está próximo do encerramento, havendo a necessidade de realizar um novo processo licitatório adequado às soluções tecnológicas atuais e manter ativos os serviços essenciais de telefonia móvel.

A 15ª BRIGADA DE INFANTARIA MECANIZADA (15ª Bda Inf Mec) necessita atender suas demandas internas referentes à contratação de serviços de telefonia necessários à condução da atividade meio, sem infortúnios ou interrupções, o que impacta no cumprimento da atividade fim, que é o preparo, emprego da tropa e Segurança Orgânica.

Nos tempos atuais o fluxo de dados e informações em tempo real é ferramenta indispensável à gestão eficiente de qualquer instituição. No âmbito das Forças Armadas, as tecnologias de comunicação são indispensáveis à condução de diversas atividades, como gestão de recursos humanos, saúde, instrução, logística, direção e controle, entre outras.

A execução de missões em áreas distantes da sede das Organizações Militares (OM) evidencia a necessidade de uma comunicação ágil e eficaz. Essa realidade destaca a importância de um serviço de telefonia que permita não apenas ligações telefônicas, mas também outros meios de comunicação essenciais, como e-mails, mensagens instantâneas e video chamadas, garantindo a integração e a colaboração entre os diferentes setores das OMs. O serviço de telefonia móvel também facilita a comunicação entre as seções, os servidores e o público externo.

Sinteticamente, a contratação do Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e de Internet Móvel foi motivada pela necessidade de manutenção desses serviços de comunicação interpessoal, obtenção de informações e o compartilhamento de dados e informações necessários à coordenação de diversas atividades e tomada de decisão em diversos níveis. Além disso, a portabilidade e a flexibilidade dos serviços são importantes para o funcionamento das atividades administrativas e operacionais da OM.

É mister ressaltar que a aquisição será decidida no momento do aporte de créditos orçamentários por parte do Escalão Superior. Deste modo, a Administração busca atender o Princípio Constitucional da Eficiência estabelecido no Art.37, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo prévio registro de preços para permitir que créditos sejam executados em sua totalidade no momento de seu recebimento.

Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, de acordo com o art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133 /2021.

O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que se destina à manutenção da atividade administrativa do órgão, decorrente de necessidades permanentes ou prolongadas, de acordo com o art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133, de 2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Cia C 15ª Bda Inf Mec	LEANDRO GIACOMINI-2º SGT

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O Órgão, através de sua Seção de Tecnologia da Informação , identificou a necessidade de contratação do Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel com fornecimento à Contratante pela Contratada, em regime de comodato, de aparelhos telefônico de acordo com o modelo descrito no item 6.8 da descrição da solução como um todo, para atender suas necessidades de forma contínua.

Para a descrição do objeto não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), pois o mesmo não contempla item padronizado específico para serviços de telefonia móvel com as características técnicas exigidas pela Administração.

Requisitos de Capacitação

Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto.

Requisitos legais:

O processo de contratação deverá cumprir os postulados legais vigentes, bem como as obrigações estabelecidas por regulamentação da ANATEL e as normas de segurança da Contratante. Entre as legislações aplicáveis destacamos:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei nº 14.133, de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
- Lei nº 9.472, de 1997 (Lei geral de telecomunicações).
- Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados-LGPD).
- Decreto nº 10.024, de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica)
- Decreto nº 11.462, de 2023 (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços).
- Decreto nº 7.174, de 2010 (Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação).
- Decreto nº 9.637, de 2018 (Política Nacional de Segurança da Informação).
- Decreto nº 10.046, de 2019 (Governança no compartilhamento de dados).
- Portaria SLTI/MPOG nº 20, de 2016 (Orientações para contratação de soluções de TI).
- Portaria SGD/MGI nº 852, de 2023 (Programa de Privacidade e Segurança da Informação - PPSI).
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 5, de 2017 (Contratação de serviços sob o regime de execução indireta).
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021 (Pesquisa de Preços).
- Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022 (contratação de soluções de TIC).
- Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 2020 (Estrutura de Gestão da Segurança da Informação).
- Resolução ANATEL nº 717, de 2019 (Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações).
- Resolução ANATEL nº 477, de 2007 (Regulamento do Serviço Móvel Pessoal– SMP).
- Resolução ANATEL nº 632, de 2014 (Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações).
- Resolução ANATEL nº 667, de 2016 (Regulamento Geral de Acessibilidade em Serviços de Telecomunicações de interesse coletivo).
- Resolução ANATEL nº 550, de 2010 (Regulamento sobre Exploração de Serviço Móvel Pessoal–SMP por meio de Rede Virtual (RRV-SMP)).
- Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27001:2022
- Segurança da Informação, Segurança Cibernética e Proteção à Privacidade
- Sistemas de Gestão da Segurança da Informação – Requisitos.
- Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002:2022
- Segurança da Informação, Segurança Cibernética e Proteção à Privacidade

- Controles de Segurança da Informação. - ABNT NBR ISO/IEC 17799:2005

- Código de Prática para Gestão de Segurança de Informações.

Requisitos de Manutenção:

A contratada deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de falha no fornecimento dos serviços, nos componentes ou equipamentos sob sua responsabilidade.

Requisitos temporais:

A contratada deverá concluir a entrega dos Chip SIM Card e os aparelhos telefônicos, a ativação de números telefônicos novos, a portabilidade dos números telefônicos existentes, a disponibilidade do serviço de telefonia móvel pessoal e o acesso à internet móvel no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da assinatura da Ordem de Serviço (OS).

Os prazos constantes no Termo de Referência poderão ser prorrogados, excepcionalmente, a critério da Contratante, desde que justificado previamente pela contratada e autorizado pela Contratante.

Requisitos de segurança e privacidade:

A Contratada deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

a. A série das normas técnicas ABNT NBR ISO/IEC 27001 (Segurança da Informação, Segurança Cibernética e Proteção à Privacidade - Sistemas de Gestão da Segurança da Informação – Requisitos) em sua versão mais atual.

b. Norma ABNT NBR ISO/IEC 17799:2005 - Código de Prática para Gestão de Segurança de Informações.

c. A Contratada deve prover mecanismos que assegurem a segurança das comunicações realizadas, no tocante à disponibilidade, integridade e confidencialidade.

d. A Contratada deverá garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio do serviço desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais da quebra de sigilo de telecomunicações.

e. A Contratada deverá executar os serviços em estreita observância aos ditames da Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

f. A Contratada deve garantir, para os casos de cancelamento, descontinuidade, portabilidade e renovação do referido instrumento contratual ou similar, bem como substituição de ambiente, procedimentos que visem eliminação e/ou à destruição definitiva dos dados, metadados, informações e conhecimento.

g. A Contratada deverá manter sigilo e respeitar as normas de segurança vigentes no órgão.

h. A contratada deverá providenciar e manter equipe técnica qualificada para a prestação dos serviços.

i. A Contratada deve utilizar como parâmetros para a medição da qualidade aqueles definidos em regulamentação da ANATEL, em especial o REGULAMENTO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES – RQUAL, aprovado pela Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019.

j. A Contratada deverá disponibilizar o serviço de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM) através de um portal web que permitirá à contratante efetuar a gestão e controle de todas as suas linhas móveis contratadas. O acesso ao portal deve ser realizado com login e senha pessoal, garantindo o acesso apenas de pessoas autorizadas, sendo disponibilizado no mínimo dois perfis de acesso.

1) O MDM deverá permitir que a Contratante realize, para cada usuário, acompanhamento de: uso de voz por data e hora, destino, número chamado, etc. Permitirá, ainda, o controle do consumo de dados móveis, do acesso a sites e aplicativos, definir bloqueios de acesso, localização geográfica de dispositivos, etc.

2) A Contratada será responsável pela manutenção, recuperação e segurança dos dados do serviço de gerenciamento on-line.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

a. A contratação visa garantir que os serviços de telefonia móvel estejam alinhados com os princípios de responsabilidade social, ambiental e cultural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar dos envolvidos.

b. Inclusão Social: a solução deve promover a inclusão social, garantindo o acesso equitativo e igualitário aos recursos de comunicação para todos os usuários.

c. Diversidade Cultural: a solução deve respeitar e valorizar a diversidade cultural das pessoas atendidas pela Administração, promovendo a preservação e o intercâmbio cultural por meio da comunicação e da tecnologia.

d. Preservação Ambiental: a solução deve considerar os princípios de sustentabilidade ambiental, buscando minimizar os impactos negativos ao meio ambiente, incluindo a redução do consumo de energia, a utilização de materiais e equipamentos eficientes, e a adoção de práticas que favoreçam a conservação dos recursos naturais.

e. Acessibilidade: a solução deve assegurar a acessibilidade digital para pessoas com deficiência, garantindo que a infraestrutura e os serviços de telefonia móvel sejam projetados e desenvolvidos de forma a permitir ou atender todos, independentemente de suas habilidades físicas, sensoriais ou cognitivas.

f. Respeito aos Costumes Locais: a solução deve respeitar os costumes, tradições e valores das comunidades locais, evitando práticas que possam ser consideradas ofensivas ou desrespeitosas em contextos culturais específicos

g. Conservação do Patrimônio Cultural: a solução deve adotar medidas para preservar o patrimônio cultural e histórico das regiões onde os serviços serão implantados, protegendo locais de importância cultural e promovendo a conscientização sobre sua importância.

h. Os usuários serão devidamente orientados quanto à correta utilização dos serviços de telefonia e internet móvel, os quais atenderão necessidades funcionais, individuais e coletivas, alinhados com os valores e ética profissional militar do Exército Brasileiro. Nesse sentido, almeja-se o uso diligente das redes sociais e a preservação de dados sensíveis e da imagem da instituição.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica:

a. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

b. A Contratada será responsável por todos os requisitos de arquitetura tecnológica necessários à boa prestação dos serviços, tais como hardware, software, padrões de interoperabilidade, linguagem de programação, interface, dentre outros aspectos.

c. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

Requisitos de Projeto e de Implementação:

Os serviços e os aparelhos telefônicos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

a. Disponibilidade e Confiabilidade: É essencial que os serviços de telefonia estejam disponíveis de forma contínua e confiável, assegurando a comunicação ininterrupta em toda a instituição.

b. Escalabilidade: Os serviços devem ser dimensionados para suportar o crescimento futuro da instituição, permitindo uma fácil expansão conforme necessário, sem comprometer o desempenho.

c. Segurança da Informação: Deve ser implementado um conjunto abrangente de medidas de segurança para proteger os dados e as comunicações dos usuários, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações.

d. Facilidade de Gerenciamento: Os sistemas de telefonia devem ser fáceis de gerenciar e administrar, permitindo uma configuração e manutenção simplificadas por parte dos responsáveis técnicos.

e. Compatibilidade com Normas e Padrões: Os serviços devem estar em conformidade com as normas e padrões de telefonia reconhecidos internacionalmente, garantindo a interoperabilidade e a qualidade dos serviços prestados bem como os aparelhos telefônicos deve seguir as especificações conforme solicitado pela contratante.

f. Suporte Técnico: Deve ser fornecido suporte técnico qualificado e eficiente para solucionar quaisquer problemas ou dúvidas relacionadas aos serviços de telefonia, bem como a danos nos aparelhos telefônicos, garantindo um atendimento rápido e eficaz.

g. Documentação Detalhada: Deve ser disponibilizada uma documentação completa e detalhada dos serviços de telefonia e dos aparelhos telefônicos fornecidos, incluindo manuais de operação, guias de configuração e outras informações relevantes para facilitar o uso e a administração dos sistemas.

h. Portabilidade de Números: A nova empresa de telefonia móvel contratada deve oferecer suporte completo para o processo de portabilidade de números, garantindo que os usuários possam manter seus números de telefone existentes ao migrar para os serviços e aparelhos novos oferecidos pela CONTRATADA.

Requisitos de implantação:

A implantação deve garantir que os novos aparelhos sejam plenamente compatíveis com a infraestrutura de rede, servidores e sistemas de gestão da instituição, observando os seguintes critérios:

- **Provisionamento Automatizado (Zero-Touch):** Os novos aparelhos devem permitir configuração remota e automática (via Wi-Fi ou rede móvel) assim que ligados pela primeira vez, integrando-se aos servidores de diretório (como Active Directory/LDAP) da instituição.
- **Compatibilidade com MDM/EMM:** É essencial que os novos modelos suportem as ferramentas de gerenciamento de dispositivos móveis (*Mobile Device Management*) já utilizadas, permitindo a aplicação de políticas de segurança, instalação de apps corporativos e limpeza remota de dados.
- **Conectividade e Segurança de Rede:** Os aparelhos devem ser compatíveis com os protocolos de segurança das redes Wi-Fi existentes (WPA3, certificados digitais 802.1X) e garantir estabilidade em conexões VPN para acesso aos servidores internos.
- **Integração com Telefonia IP:** Os novos dispositivos devem vir pré-configurados ou suportar aplicativos de *softphone* que os conectem diretamente ao PABX IP ou sistema de comunicação unificada da instituição.
- **Padronização de Acessórios e Carga:** Para evitar custos extras com infraestrutura física, os aparelhos devem seguir padrões de carregamento (ex: USB-C) compatíveis com as estações de trabalho e pontos de carga já disponíveis.

Requisitos de Garantia e Manutenção:

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

A Contratada deverá prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante em até 24 (vinte e quatro) horas corridas a contar da solicitação, por intermédio de canal eletrônico ou do preposto designado para acompanhamento do contrato.

Os chips a serem utilizados na prestação do serviço e os aparelhos telefônicos deverão ter garantia por todo o período do contrato. No caso de defeitos não ocasionados por mau uso, o reparo ou a substituição dos Sim Card e dos aparelhos deverão ser feito em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação à Contratada, e não pode representar nenhum ônus para a Contratante.

Requisitos de Experiência Profissional:

Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe: Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação. Requisitos de Metodologia de Trabalho:

- a. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pela Contratada de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.
- b. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.
- c. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 24 horas por dia e 7 dias por semana por via telefônica.
- d. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.
- e. A Contratada deverá utilizar indicadores de qualidade do serviço regulamentados pela ANATEL, em especial, o REGULAMENTO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES–RQUAL, aprovado pela Resolução nº 717, de 23 de dezembro de 2019, da ANATEL.

Requisitos básicos referentes à contratação:

a. Vigência da contratação

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável para até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A vigência do contrato poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme entendimento da Orientação Normativa AGU nº 39, de 13 de dezembro de 2011.

A Nota de Empenho deverá ser assinada no prazo de validade da Ata da Pesquisa de Preços, de acordo com o parágrafo único do art. 34 do Decreto nº 11.462, de 2023.

b. Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

c. Indicação de marca/modelo

Não serão indicadas marcas/modelo para os itens desta licitação, exceção prevista no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021. No entanto, os chips sim card e os aparelhos telefônicos fornecidos pela contratada devem apresentar características técnicas compatíveis com os serviços contratados e estar devidamente registrados e aprovados pelos órgãos regulamentadores.

d. Vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

Não se aplica.

e. Exigência de Carta de Solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante, que assegure a execução do contrato.

f. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual prevista no art. 122, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

g. Verificação de amostra do objeto

Não será exigida a apresentação de amostra do interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar.

h. Garantia da Contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, observado o disposto no art. 9º, inciso I, alínea “d” da IN SEGES nº 81/2022 e o art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021. Para tanto, foram considerados os seguintes aspectos:

- 1) Os serviços serão adquiridos mediante demanda específica de itens e quantitativos, associado ao aporte orçamentário disponível, considerando se tratar de licitação para registro de preços.
- 2) A baixa complexidade técnica dos serviços, considerados individualmente, comuns no mercado, não gera riscos financeiros relevantes. Além disso, os pagamentos somente serão realizados após a realização dos serviços, mediante recebimento aprovado pela comissão fiscalizadora.
- 3) Conforme os parâmetros do TCU, a garantia deve ser exigida nas contratações de maior valor, envolvendo alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis (Acórdão nº 3.126/2012 – Plenário).

i. Informações relevantes para a apresentação da proposta

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 1) O item da licitação engloba serviços de telefonia móvel pessoal, internet móvel ilimitada e MDM com franquia de dados mínima de 10 GB com fornecimento de aparelhos telefônicos conforme as características citadas no item 6.8 deste documento;
- 2) Na elaboração de sua proposta, cada licitante deve considerar os quantitativos mínimos e máximos previstos, o valor unitário mensal de cada linha, o valor total mensal e o valor total anual.

j. Execução do Objeto

A prestação dos serviços deve ser iniciada no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até 10 (dez) dias, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Os serviços contratados deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato, salvaguardados os casos de interrupções programadas.

Os serviços serão prestados no seguinte endereço: UASG 160209 – 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada e suas OMDS (15ª Bda Inf Mec) -Rua Rio de Janeiro nº 229 – Centro – CEP: 85801-030 – Cascavel – PR (45) 3225-1022 RITEx: 835-6420 FAX: (45) 3223-0715 Oratório: (45) 3224-4903, e-mail: s4.ch@15ciacommec.eb.mil.br

A entrega dos chips sim card e dos aparelhos telefônicos bem como a habilitação dos serviços devem ocorrer no seguinte horário: dias de expediente do Órgão, de segunda a quinta-feira, de 7:30 às 16:00 horas, e sexta-feira, de 7:30 às 11:30 horas.

A contratação se dará por execução indireta, de acordo com o Art. 3º do Decreto 9.507 de 2018, que dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

k. Garantia dos serviços

O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e suas atualizações.

l. Transferência de conhecimento

Não se aplica.

m. Procedimentos de transição e finalização do contrato

Não se aplica.

Requisitos de gestão contratual:

a. Medição de resultados

O método de avaliação da adequação às especificações e da qualidade dos serviços, terá critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos pela Contratante. Serão avaliados fatores relacionados com os serviços contratados, tais como qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência e segurança. Para mensurar esses fatores, serão utilizados indicadores, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela Contratada.

A Gestão e/ou Fiscalização Contratual, com fundamento no art. 19, inciso II, do Decreto nº 11.246, de 2022 e Anexo V-B da IN nº 05, de 2017, utilizarão o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) como ferramenta para fins de avaliação da qualidade da prestação do serviço pela Contratada e pagamento.

b. Não será adotado o pagamento antecipado previsto no art. 145 da Lei nº 14.133/2021, pois não há situações em que se evidenciem sensível economia de recursos ou represente condição indispensável para a obtenção dos bens.

c. É impositiva a cessão de crédito (cessão fiduciária) nos termos da IN SEGES/ME nº 53, de 2020.

Requisitos de seleção do fornecedor e regime de execução:

a. Sugere-se a contratação do objeto demandado por meio de processo licitatório na modalidade PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, por se tratar de contratação de SERVIÇOS COMUNS, de acordo com o arts. 1º e 5º do Decreto nº 10.024 /2019; art. 6º, incisos XLI e XLV, art. 28, inciso I, art. 29, art. 78, inciso IV, art. 82 ao 86 da Lei nº 14.133/2021; art. 3º, incisos I, III, do Decreto nº 11.462/2023.

b. O critério para o julgamento das propostas de “MENOR PREÇO” será obrigatoriamente adotado na modalidade pregão, de acordo com o art. 4º, inciso I da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022, art. 11 do Decreto nº 11.462 /2023, observado o art. 33, inciso I, art. 34, e art. 82, inciso V da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 7º do Decreto nº 10.024/2019.

c. Regime de Execução Contratual: Preço Unitário.

d. Margem de preferência: não se aplica.

e. Habilitação jurídica de Pessoa física: no presente processo licitatório, considerando a natureza do objeto, os aspectos relacionados à execução contratual, bem como o valor estimado da contratação e a eventual incapacidade econômica e logística da contratada, não será admitida a participação de pessoa física, tendo em vista o disposto no art. 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 116, de 21 de dezembro de 2021: será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar.

5. Levantamento de Mercado

a. Levantamento de soluções

Para o levantamento de mercado, foram analisadas alternativas de soluções possíveis em termos de necessidade, opções disponíveis e aplicabilidade dos bens a serem adquiridos. Utilizou-se diferentes fontes de pesquisa para identificar bens com características que atendessem às necessidades de emprego dos requisitantes, a partir de parâmetros técnicos de qualidade, funcionalidade e economicidade, sem prejuízo do caráter competitivo do certame.

Foi observado que os serviços a serem contratados estão amplamente disponíveis, tanto ao nível regional quanto nacional, possibilitando assim ampla concorrência e vantagem à Administração Pública.

O levantamento das soluções disponíveis para atender à demanda do Órgão com a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de natureza continuada, Serviço de Telefonia e Internet Móvel considerou não apenas o aspecto econômico, mas também aspectos qualitativos em termos de benefícios para o alcance dos objetivos da contratação. Alternativas:

Solução	Descrição
A	Contratação de Serviço de Telefonia Móvel e Internet Móvel (apenas chip sim card)
B	Contratação de Serviço de Telefonia Móvel com disponibilização de aparelhos smartphones em regime de comodato
C	Aquisição de smartphones e planos de serviço

b. Análise comparativa de soluções

A **Solução B (Comodato)** geralmente se destaca para a Administração Pública, pois transfere o risco de quebra e obsolescência para a empresa contratada, garantindo que o servidor não fique sem comunicação por falha de hardware, além de evitar o gasto vultoso com a compra direta de aparelhos que perdem valor rapidamente.

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. Os Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel Ilimitada serão ofertados na forma de pacotes com custo fixo mensal com cobertura em todo o território nacional.
- 6.2. Os Serviços de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel Ilimitada compreendem serviços de telecomunicações móvel terrestre, agregando serviços de mensagens, caixa postal e acesso à internet de dispositivos móveis.
- 6.3. O Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) inclui ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para telefone fixo ou móvel de qualquer operadora, roaming nacional, caixa postal, envio de SMS e portabilidade numérica de acordo com as normas vigentes.
- 6.4. O Serviço de Internet Móvel Ilimitado inclui o fornecimento de “Chip Sim Card” com tecnologia 5G, franquia de dados mensal mínima de 10 GB.
- 6.5. O serviço de gerenciamento de dispositivos móveis (MDM) consiste na disponibilização de um portal web que permitirá à contratante efetuar a gestão e controle de todas as suas linhas móveis contratadas.
- 6.6. O serviço de Roaming Internacional será ativado mediante prévia solicitação do Órgão no prazo máximo de 24 horas, e será cobrado em unidades de minuto, considerando o continente e as especificidades dos serviços disponibilizados, de acordo com as tarifas em vigor. Ou seja, a sistemática de cobrança do serviço é a de pagamento apenas por aquilo que for efetivamente solicitado no processo de habilitação de diárias.
- 6.7. O pacote de roaming internacional abrange o continente americano, europeu, asiático, africano e Oceania. Entretanto, em razão da natureza da atividade militar, não é possível prever, com precisão, os países de destino, o número de viagens, o tempo das ligações e a quantidade de militares envolvidos.
- 6.8.DAS CARACTERÍSTICAS DOS APARELHOS CELULARES
- 6.8.1. Os modelos dos aparelhos a serem fornecidos em regime de comodato deverão ser do Tipo Smartphone (Padrão Intermediário), novos (primeiro uso), de fabricação recente (lançados no mercado há no máximo 24 meses), possuindo características equivalentes ou superiores às especificações indicadas a seguir:

Tipo/Modelo: Smartphone com tela capacitiva multi-touch, arquitetura de processamento de 64 bits;

Processador: Octa-Core com frequência mínima de 2.0 GHz;

Tecnologia de Rede: Compatibilidade nativa com 5G (SA/NSA), 4G/LTE, 3G e 2G;

Conectividade Sem Fio: Wi-Fi Dual Band (2.4GHz e 5GHz), Bluetooth 5.0 ou superior e GPS integrado (A-GPS, GLONASS);

Memória RAM: Mínimo de 4 GB (física);

Armazenamento Interno: Mínimo de 128 GB, com suporte a expansão via cartão MicroSD;

Sistema Operacional: Android versão 13 ou superior, com suporte a atualizações de segurança;

Tela: Tamanho mínimo de 6.5 polegadas, resolução mínima HD+ (720 x 1600 pixels);

Câmeras:

Principal (Traseira): Mínimo de 50 MP com autofocus e flash LED;

Frontal: Mínimo de 8 MP;

Bateria: Capacidade mínima de 5.000 mAh, com suporte a carregamento rápido;

Interfaces: Porta de comunicação e carga tipo USB-C;

Segurança: Sensor de impressão digital ou reconhecimento facial;

Funcionalidades: Viva-voz, agenda, identificador de chamadas, alerta vibratório, gravação de vídeo em Full HD, calendário, alarme, e suporte a aplicativos de produtividade e comunicação;

Acessórios e Insumos: Acompanhado obrigatoriamente de carregador de parede (padrão NBR 14136), cabo de dados USB-C, extrator de chip e respectivo SIM Card (padrão Nano-SIM) habilitado.
- 6.8.2. Os aparelhos disponibilizados deverão ser novos, e cobertos por garantia mínima de 12 (doze) meses.
- 6.8.3. Em caso de defeito em aparelho dentro do prazo de garantia, cabe à CONTRATADA o recolhimento do equipamento para envio à assistência técnica da fabricante para análise, conserto, ou substituição, conforme o caso.

6.8.4. Caso o aparelho se encontre fora da garantia, a CONTRATADA deverá substituí-lo em até 20 (vinte) dias úteis, contados da comunicação feita pelo CONTRATANTE e sem ônus para este, excetuando-se os casos de mau uso que acarretem quebra ou mau funcionamento, bem como de furto ou roubo, sob pena de aplicação de penalidade a quem deu causa.

6.8.5. Nas hipóteses de extravio, furto ou roubo, enquanto não for solicitado o bloqueio do SIM CARD pelo CONTRATANTE, este arcará com os custos das ligações e/ou utilização dos serviços habilitados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Para o estabelecimento dos quantitativos a serem contratados, de acordo com as características dos serviços e o seu local de emprego, foi realizado um levantamento pela Equipe de Planejamento da Contratação a fim de identificar as reais necessidades dos usuários em termos de comunicação móvel e necessidade de acesso à internet. Para tanto, foi considerado o nível hierárquico, a função e a natureza das atividades desenvolvidas pelos potenciais usuários, bem como o nível de segurança exigido. A tabela a seguir contém os quantitativos mínimos e máximos a serem contratados mensalmente pelo período de 12 (doze) meses:

Item	Unidade	Especificação	Quantidades Mínima de linhas	Quantidades Máxima de linhas Mensal
1	Und (Serviço mensal)	Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel Ilimitada para celular e fixo de qualquer operadora usando CSP da operadora Contratada, com fornecimento à Contratante pela Contratada, em regime de comodato, de aparelhos Modelo tipoI,incluindo: ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para telefone fixo ou móvel de qualquer operadora; roaming nacional;roaming internacional; caixa postal; envio de SMS; fornecimento de Chip Sin Card, com tecnologia 5G e franquia mensal mínima de 10 GB; ferramenta de gerenciamento de dispositivos (MDM), incluindo todas as tributações .	1	24

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 35.222,40

Valor (R\$): 35.222,40

a. O valor estimado da contratação é de R\$ 35.222,40 (Trinta e cinco mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), correspondente ao valor total anual, conforme tabela abaixo:

Item	Especificação	Und	Qtd máxima de linhas Mensal	Valor unitário mensal	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
	Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel Ilimitada para celular e					

1	fixo de qualquer operadora usando CSP da operadora Contratada, com fornecimento à Contratante pela Contratada, em regime de comodato, de aparelhos Modelo tipoI, incluindo: ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para telefone fixo ou móvel de qualquer operadora; roaming nacional;roaming internacional; caixa postal; envio de SMS; fornecimento de Chip Sin Card, com tecnologia 5G e franquia mensal mínima de 10 GB; ferramenta de gerenciamento de dispositivos (MDM), incluindo todas as tributações .	Und	24	R\$ 122,30	R\$ 2.935,20	R\$ 35.222,40
---	---	-----	----	------------	--------------	---------------

b. Observado o disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14.133/2021, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os preços praticados pelo mercado, considerando os preços constantes nos dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

c. Na pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado da contratação, foram utilizados os parâmetros da IN SEGES nº 65/2021, observado o disposto no art. 23, §1º da Lei nº 14133/2021.

d. A pesquisa de preços realizada consta como anexo deste documento (Relatório de Pesquisa de Preços).

e. O custo da contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas, observado o art. 24, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, e art. 12, §3º da IN SEGES nº 73/2022.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

a. A justificativa para o parcelamento ou não do objeto deve constar do Estudo Técnico Preliminar (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e art. 9º, inciso VII, da IN SEGES nº 58/2022).

b. De acordo com o TCU, “Parcelamento é a divisão do objeto em partes menores e independentes. Cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada, ou em separado” (Licitações & Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª ed., p. 225).

c. Os serviços devem atender ao princípio do parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021). Devem também ser observadas as regras insertas no art. 47, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento:

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

d. A regra contida no art. 47 da Lei nº 14.133/2021 está alinhada com as premissas da Súmula TCU nº 247, que assim dispõe: “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade”

. e. É oportuno mencionar o entendimento do doutrinador Marçal Justen Filho:

“A obrigatoriedade do fracionamento respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se pode admitir fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável. O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser licitado. (...)”

Já o impedimento de ordem econômica se relaciona com o risco de o fracionamento aumentar o preço unitário a ser pago pela Administração. Em uma economia de escala, o aumento quantitativo produz a redução dos preços. Por isso, não teria cabimento a Administração fracionar as contratações se isso acarretar aumento dos custos. (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos, Dialética, 2004. 11ª edição, pag. 207).

f. A adoção do Pregão, na Forma Eletrônica, por Sistema de Registro de Preços (SRP) pode ser realizada de várias formas, como por itens de serviço, por grupo de itens, etc.

g. A partir das citadas premissas legais, constata-se haver fundamentação técnica e econômica para o NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO da presente licitação, estribado nas seguintes justificativas:

- 1) Cada item prevê a prestação de serviços de telefonia móvel pessoal (SMP) e internet móvel com fornecimento de aparelhos telefônicos que, por questões técnicas e operacionais, reforçam a necessidade de serem fornecidos de maneira conjunta pela mesma operadora. Dessa forma, a composição de cada item está alinhada com o disposto na Súmula TCU nº 246, pois não causará prejuízo para o conjunto ou complexo e perda de economia de escala, haja vista haver no mercado diversas empresas que fornecem “pacotes” de telefonia e internet com diversas opções de recursos e custos diferenciados.
- 2) O objeto da contratação terá 3 (três) itens de serviço reunidos em um único grupo, por se mostrar inviável o parcelamento tendo em vista: a mudança na forma de comercialização dos serviços no mercado desde a última contratação; a redução dos custos administrativos em função da simplificação do modelo proposto; os efeitos do ganho de escala na formação do preço final do grupo formado; e a manutenção da competitividade no processo de disputa dos lotes.
- 3) A centralização, por conjuntos unitários, da responsabilidade em uma única empresa contratada, irá proporcionar melhor acompanhamento de problemas e soluções, mormente em termos de facilitar a verificação das suas causas e atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado e, em termos econômicos favorece a redução dos preços sob a ótica da ampliação da competitividade

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foi evidenciada necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação foi cuidadosamente planejada através da prévia identificação dos serviços, suas quantidades e respectivo impacto orçamentário no período de 12 (doze) meses. O quadro a seguir resume os quantitativos de linhas demandados pela UASG:

OM	Qtd Existente	Qtd Total Necessária	Observação
15ª Bda Inf Mec	19	24	Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e Internet Móvel Ilimitada para celular e fixo de qualquer operadora usando CSP da operadora Contratada, com fornecimento à Contratante pela Contratada, em regime de comodato, de aparelhos Modelo tipoI,incluindo: ligações ilimitadas locais (VC1) e de longa distância (VC2 e VC3), para telefone fixo ou móvel de qualquer operadora; roaming nacional; roaming internacional; caixa postal; envio de SMS; fornecimento de Chip Sin Card, com tecnologia 5G e franquia mensal mínima de 10 GB; ferramenta de gerenciamento de dispositivos (MDM), incluindo todas as tributações.
Total	19	24	

A contratação está prevista no Planejamento de Contratações Anual do Órgão Gerenciador, ou seja, há um alinhamento entre a contratação e o planejamento do Órgão, conforme art. 9º, inciso IX, da IN SEGES nº 58/2022.

Base Legal: Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022, Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional da Defesa) e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

a. O objetivo da contratação é atender as demandas de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal (SMP) e de Internet Móvel com fornecimento de aparelhos em regime de comodato do Órgão, favorecendo a condução de suas atividades administrativas e operacionais no que se refere à comunicação.

b. Como resultados e benefícios a serem alcançados, temos:

- maior fluidez e disponibilidade do servidor para a realização de suas atividades;

- agilidade e interação contínua entre os servidores;

- integração entre equipes de trabalho;

- aumentar a eficiência do trabalho remoto quando necessário.

- economicidade: obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração; adoção de preços referenciais que visa proporcionar uma aquisição mais segura e econômica, além de reduzir riscos de conluio na licitação, sobrepreço e, possivelmente, superfaturamento; redução dos custos administrativos com os controles da prestação do serviço na execução contratual em função da redução do número de itens a serem contratados e controlados nos processos de acompanhamento e cobrança; adequação da estimativa de tráfego telefônico e internet a partir de perfis de tráfego recentes.

- gestão eficiente de recursos financeiros, adequadamente alocados e priorizados: o prévio registro de preços reduz as chances de desperdício dos créditos orçamentários descentralizados para os órgãos participantes da licitação, pois os recursos podem ser prontamente empregados de acordo com as necessidades de itens a serem adquiridos e as prioridades previamente estabelecidas.

- eficácia: a aquisição dos serviços permitirá aos órgãos o atendimento de suas necessidades mais emitentes, de acordo com o planejamento realizado, evitando a descontinuidade dos serviços em razão do encerramento do contrato anterior.

- eficiência: contratar os serviços estritamente necessários; utilização de preços referenciais obtidos em pesquisa de mercado atualizada, de fácil acesso e transparente, que se traduz em um lapso temporal menor para a finalização dos procedimentos licitatórios; redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios; redução do número de lotes e itens na contratação.

- aquisição de forma centralizada contribui para a racionalização de recursos humanos, materiais e financeiros, melhora as atividades de controle interno e externo e minimiza os riscos na contratação.

- contribuir para a implementação de critérios de sustentabilidade nas contratações através da criteriosa escolha dos serviços e seus quantitativos. - efetividade com a padronização dos serviços e aumento da qualidade das especificações técnicas.

13. Providências a serem Adotadas

Entre as providências a serem adotadas pela Administração, pode-se incluir:

a. Aprovação do Estudo Técnico Preliminar pela autoridade competente.

b. Análise de preços referenciais conforme a legislação vigente.

c. Confecção do Termo de Referência, conforme minuta da AGU.

d. Análise e aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente.

e. Análise de riscos da contratação (Mapa de Riscos).

f. Confecção do Edital, conforme minuta da AGU.

g. Confecção da Minuta da Ata de Registro de Preços (ARP), conforme minuta da AGU.

h. Confecção da Minuta do Termo de Contrato, conforme minuta da AGU.

i. Análise e aprovação do Edital pela autoridade competente.

j. Operação do Pregão Eletrônico, adjudicação e homologação do item ao vencedor.

14. Possíveis Impactos Ambientais

- A “Agenda 2030” da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual o Brasil é signatário, elenca três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

- Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a licitação destina-se, entre outros aspectos, à promoção do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º, art. 11, inciso IV). Segundo a mesma lei, o ETP deve conter descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, §1º, inciso XII).

- De acordo com do art. 2º, §1º do Decreto nº 10.024/2019, o princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.
- O Parecer n. 00001/2021/CNS/CGU/AGU, da Consultoria-Geral da União, consolidou o entendimento de que a “administração pública é obrigada a adotar critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade nas contratações públicas, nas fases de planejamento, seleção de fornecedor, execução contratual, fiscalização e na gestão dos resíduos sólidos”.
- De acordo com Art. 9º, incisos II e XII da IN SEGES nº 58/2022, o Estudo Técnico Preliminar deve prever critérios e práticas de sustentabilidade e conter a descrição de possíveis impactos ambientais e as respectivas medidas mitigadoras.
- Para a elaboração do Termo de Referência e do Edital devem ser consideradas as orientações contidas no “Guia Nacional de Contratações Sustentáveis”, 6ª Edição (Setembro/2023) – GNCS, da Advocacia Geral da União.
- A presente contratação está alinhada com as premissas do Plano de Logística Sustentável do Órgão, de acordo com a Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 2021, a Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 2023, e o Caderno de Logística – Plano Diretor de Logística Sustentável (Versão 1.1, 2024). O Plano Diretor de Logística Sustentável – PLS deve nortear a elaboração do Plano de Contratações Anual, dos estudos técnicos preliminares e dos termos de referência de cada contratação (art. 8º, §1º da Portaria SEGES nº 8.678/2021).
- Pelas características do objeto licitado, na presente contratação não é exigido licenciamento ambiental previsto na Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/1981, artigos 9º, IV e art. 10), conforme Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 (art. 2º) e nº 237 /1997.
- Considerando que a limitação do trabalho do menor se constitui em critério de sustentabilidade, constará do Edital, como condição para participação na licitação, a exigência de declaração de que o licitante não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art.7, XXXIII, da Constituição Federal, e art. 68, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.
- O “tripé” norteador da licitação – desenvolvimento nacional sustentável, economicidade e competitividade—está equilibrado, pois considerando as características do objeto, as quantidades e o mercado, os critérios de sustentabilidade não geram impacto significativo nos preços orçados, bem como não são restritivos da competição entre potenciais fornecedores, observado o art. 23, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.
- Na contratação devem ser observadas a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências).

15. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Tendo em vista os elementos expostos neste Instrumento, esta Equipe de Planejamento da Contratação sugere a contratação do objeto demandado por meio de processo licitatório na modalidade PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, por se tratar de contratação de SERVIÇOS COMUNS, de acordo com o arts. 1º e 5º do Decreto nº 10.024/2019; art. 6º, incisos XLI e XLV, art. 28, inciso I, art. 29, art. 78, inciso IV, art. 82 ao 86 da Lei nº 14.133 /2021; art. 3º, incisos I, III, do Decreto nº 11.462/2023.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 HARLEY ITAMAR DE RESENDE
Data: 06/04/2026 10:58:28-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

HARLEY ITAMAR DE RESENDE

Equipe de apoio



Documento assinado digitalmente

MARILSON ALCIONE WEISER

Data: 06/04/2026 10:44:41-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARILSON ALCIONE WEISER

Integrante administrativo



Documento assinado digitalmente

ROBERT DAMIAO LIRA ALVES DA SILVA

Data: 06/04/2026 10:25:48-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERT DAMIAO LIRA ALVES DA SILVA

Integrante técnico